

TRABALHO, EDUCAÇÃO E A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DA CONDIÇÃO HUMANA EM MARX

Caio Antunes¹

RESUMO: O modo como Marx tratou a educação tem sido objeto de instigantes estudos, no interior das mais variadas vertentes teóricas marxistas e em diferentes campos do conhecimento. Com efeito, o autor não se ocupou, ao longo de sua produção, de uma formulação exclusivamente educacional, nem mesmo pedagógica, muito embora a educação ocupe lugar de destacada importância no conjunto de sua obra. O presente texto busca analisar o sentido amplo da concepção de educação desenvolvida por Karl Marx. No interior da obra marxiana, pretende-se indicar as profundas e intrincadas relações que se estabelecem entre educação e trabalho, tanto do ponto de vista das relações estruturais que unem estas duas categorias, quanto do ponto de vista das formas como o trabalho se organiza e realiza historicamente e suas interferências no processo de humanização dos seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Educação. Karl Marx.

LABOUR, EDUCATION AND THE SOCIAL PRODUCTION AND REPRODUCTION OF THE HUMAN CONDITION.

ABSTRACT: The way Marx treated education has been object of instigating studies, within the most various Marxist theoretical perspectives and in different fields of knowledge. Indeed, the author has not dedicated himself, throughout its work, of a purely educational or even pedagogical formulation, although education plays a very important role in the totality of his work. This paper intends to analyze the broad sense of the conception of education developed by Karl Marx. Within the Marxian work, it is intended to indicate the profound and intricated relationships established between education and work, both from the point of view of structural relations that unite these two categories, and from the point of view of the forms in which work is organized and undertaken historically and its interference in the process of humanization of humans.

KEY-WORDS: Labour. Education. Karl Marx.

1. Introdução

Karl Marx provavelmente figura entre os pensadores mais influentes da história da humanidade. Sua vasta obra exerceu, como ainda exerce, profunda influência nas mais variadas áreas e campos do conhecimento – desde a filosofia, teoria política e sociologia até a arte, psicologia e educação.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.05.p54>

¹ Professor da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás.

Marx, entretanto, não produziu nenhum trabalho que versasse exclusivamente sobre nenhum destes “campos do conhecimento”, isto é, não tratou nenhuma destas possibilidades de interpretação do mundo de modo particular². A arte, a psicologia, a filosofia, a economia, a política, a história, a educação, tinham de ser compreendidas em suas profundas relações com a base material que lhes proporcionava surgimento e continuidade – numa palavra: existência –, razão pela qual as reflexões marxianas acerca destes “campos” apresentam-se, comumente, em uma mesma obra e de modo muito articulado³.

Talvez em virtude disso, Marx não possua nenhum trabalho que trate *exclusivamente* de educação, muito embora a educação ocupe, em sua formulação teórica, lugar muito importante.

Alguns exemplos desta importância podem ser encontrados em obras como o *Manifesto Comunista* (MARX e ENGELS, 1999), no qual Marx e Engels, por um lado, tecem alguns comentários acerca da relação que se estabelece entre educação e estrutura social, ou, mais precisamente, do modo como a educação é “determinada pela sociedade, pelas condições sociais” (MARX e ENGELS, 1999, p.55); e, por outro indicam, como algumas das medidas políticas necessárias ao desaparecimento dos “antagonismos de classe” (MARX e ENGELS, 1999, p.56-7), a “educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.” (MARX e ENGELS, 1999, p.56).

Outras duas obras que também trazem importantes discussões acerca da educação são as *Instruções para os delegados do conselho geral provisório* (MARX, 1985) e *O Capital* (MARX, 1971b) – obras, aliás, praticamente contemporâneas, pois datam de 1866 e 1867, respectivamente.

Nas *Instruções*, Marx retoma a idéia de combinação entre educação e trabalho – ou levar, de modo aliado aos estudos, “as crianças e jovens de ambos os sexos a cooperarem no grande trabalho da produção social” (MARX, 1985, p.82) – nova e enfaticamente ressaltando que não se trata de atrelar a educação ao trabalho alienado – isto é, tal como se

² Mesmo em seus escritos considerados, por exemplo, mais “filosóficos” (MARX, 1972), “literários” (MARX, 1971a), “históricos” (MARX, 2011), ou mesmo “matemáticos” (MARX, 1983), é sempre visível a articulação entre estes campos mais “específicos” com o todo social no qual se puderam gestar e desenvolver.

³ Como um exemplo disso, dentre os muitos que poderiam ser citados, aponta-se os chamados *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004).

dá sob o capital – pois esta combinação apresenta-se, *sob o capital*, “distorcida numa abominação” (MARX, 1985, p.82)⁴.

N’*O Capital* esta combinação é mais pormenorizadamente discutida, tanto do ponto de vista do princípio, dos fundamentos da própria combinação entre trabalho e educação, quanto do ponto de vista histórico, ou seja, de sua necessária deformação sob o capital, conforme atesta a seguinte passagem:

Do sistema fabril (...) brotou o germe da educação do futuro que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos (MARX, 1971b, p.554)⁵.

Outro importante trabalho no qual a problemática da educação é desenvolvida é *A crítica do programa de Gotha* (MARX, 2012) – também conhecido como as *Glosas marginais ao programa do partido operário alemão* – no qual Marx inicialmente traça uma distinção entre o caráter público e estatal da educação, para por fim enfatizar que o caráter *estatal* da educação deve ser de fato tornado *público*. Ou, para tomarmos seus próprios

⁴ Neste texto, Marx define educação da seguinte maneira: “Primeiramente: *Educação mental*. Segundo: *Educação física*, tal como é dada nas escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: *Instrução tecnológica*, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios” (MARX, 1985, p.82).

⁵ É necessário atentar, nesta passagem, para duas coisas. Em primeiro lugar, que “trabalho produtivo”, *aqui*, significa o trabalho que gera objetos úteis para a humanidade, isto é, o trabalho que produz objetos que supram necessidades humanas. Isto é importante de ser salientado, pois, *sob o capital*, o “trabalho produtivo” é entendido como “aquele trabalho (...) que *diretamente produza mais-valia*” (MARX, 1978a, p.70) – ou seja, “essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo algum adequada ao processo de produção capitalista” (MARX, 1971b, p.205, em nota de rodapé). Em segundo lugar, muito embora o termo utilizado nesta passagem para indicar as pessoas para as quais se designaria a conjugação entre trabalho e educação seja “meninos”, se a cotejarmos com a recém citada passagem retirada das *Instruções*, veremos que Marx afirmou enfaticamente ser a combinação de trabalho e educação algo a ser destinado a “crianças e jovens *de ambos os sexos*” (MARX, 1985, p.82, grifos meus). Além disso, numa outra tradução d’*O capital*, este mesmo trecho aparece da seguinte maneira: “Do sistema fabril (...) brotou o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para *todas as crianças* acima de certa idade, trabalho produtivo com ensino e ginástica, não só como um método de elevar a produção social, mas como único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões” (MARX, 1984, p.87, grifos meus).

termos: “é o Estado que, ao contrário, necessita receber do povo uma educação muito rigorosa” (MARX, 2012, p. 46)⁶.

Mas há nestas obras, pelo menos nomeadamente, um trato, por parte de Marx, da educação como algo mais centrado no *ensino*, na *instrução escolar* – discussão absolutamente candente à época, em vista de que o projeto burguês de universalização da educação formal, profundamente impulsionado pelo advento da modernidade, já apresentava claramente seus limites de classe.

Entretanto, a formulação teórica marxiana também aponta para uma concepção de educação mais *ampla* e *fundamental* que sua dimensão escolar, isto é, aponta para uma concepção de educação sobre a qual se assentam, inclusive, as proposituras da necessidade de combinação da educação com o trabalho produtivo (e a educação física, no caso das *Instruções*) e a necessidade da publicidade da escola (para além de seu caráter meramente estatal), ou seja, sobre o qual se assenta a própria concepção marxiana de educação em sentido estrito, qual seja: *a educação como o processo de produção e reprodução social da “condição humana [menschliches Wesen]”* (MARX, 2010a, p.50) – processo este tornado possível pela relação entre ser humano e natureza intermediada pelo *trabalho*, a partir da qual o ser humano, ao empreender transformações *cada vez mais humanas* na natureza, acaba por *humanizar* também a si próprio.

2. Trabalho e o Sentido Amplo da Educação

Tal formulação aparece, pela primeira vez, nos chamados *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004), onde a categoria *trabalho* é identificada como a base de todo o

⁶ A *Crítica do programa de Gotha* data de 1875, mas se nos recordarmos que Marx, já em 1833 – quando tinha apenas 16 anos de idade –, escreveu suas *Reflexões de um adolescente sobre a escolha de uma profissão* (MARX, 1978b), teremos um indício de que a preocupação com a educação perpassa, em alguma medida, toda a sua vida.

processo de produção e reprodução da vida social dos seres humanos⁷. Nesta obra, Marx “descobre” o trabalho alienado⁸ como a base de todo o complexo da alienação humana.

N’*A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 2007) Marx e Engels levam adiante a noção da categoria trabalho como a base de todo o processo de humanização. Segundo os autores:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX e ENGELS, 2007, p.87).

Nesta mesma obra ainda é desenvolvida a reflexão sobre o *trabalho alienado* como a base de todo o complexo da alienação, pois

Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida (MARX e ENGELS, 2007, p.37-8).

No *Manifesto comunista* (MARX e ENGELS, 1999), por se tratar de um trabalho com finalidades muito precisas, toda a discussão acerca da centralidade humanizadora do trabalho não aparece textualmente, embora subjaza a todas as formulações históricas e políticas – e, obviamente, também às pedagógicas – ali desenvolvidas.

⁷ A compreensão da história humana como fruto da ação humana é algo já presente na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2005) – portanto, anteriormente aos *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004) –, conforme expressa a seguinte passagem: “Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem” (MARX, 2005, p.151). Entretanto, é somente em 1844, após Marx iniciar seus estudos de economia política, que a categoria *trabalho* passa a ocupar lugar absolutamente fundamental em suas formulações teóricas.

⁸ O que se convencionou chamar, no interior do marxismo, de *alienação* aparece, na tradução que utilizamos dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004), sob o termo *estranhamento* [*Entfremdung*]. Deste modo, quando, em citações retiradas desta obra, aparecer o termo *estranhamento* (ou termos relacionados, como estranho, estranheza etc.), este pode ser entendido como significando *alienação*.

É, por exemplo, a noção de trabalho alienado que subjaz à afirmação segundo a qual “a condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado” (MARX e ENGELS, 1999, p.51). E é a noção de trabalho como elemento humanizador do ser humano que sustenta a propositura da união entre instrução e trabalho, na medida em que se pretende, também por intermédio desta união, a eliminação “dos antagonismos de classe” (MARX e ENGELS, 1999, p.58-9) e a passagem de toda a produção social às “mãos dos indivíduos associados” (MARX e ENGELS, 1999, p.59).

Nas *Instruções para os delegados do conselho geral provisório* (MARX, 1985), a anteriormente referida formulação marxiana da combinação de educação e trabalho – desenvolvida a partir das formulações do *Manifesto* – não somente se funda diretamente na categoria trabalho como elemento central do processo de humanização, mas a ela retorna, por meio da superação da sua forma alienada de manifestação.

N’*O capital* (MARX, 1971b) a discussão acerca da centralidade do trabalho é lavada às últimas consequências. Infinitas seriam as passagens que poderiam ser citadas. Tomemos apenas uma, das mais conhecidas:

O processo de trabalho (...) é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1971b, p.208).

Mas, ao se configurar historicamente como trabalho alienado – base de todo o profundo processo de alienação humana – aquilo que o deveria humanizar

deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas (...). Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial (MARX, 1971b, p.412-3).

D'A *crítica do programa de Gotha* (MARX, 2012) pode-se dizer o mesmo que das *Instruções*, ou seja, que toda a discussão acerca do caráter estatal e público da educação – em verdade da escola – se sustenta na e caminha em direção à necessidade do desaparecimento da “subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual” (MARX, 2012, p. 31), ou seja, garantir, “quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital” (MARX, 2012, p. 31), o pleno “desenvolvimento multifacetado dos indivíduos” (MARX, 2012, p. 31).

A partir deste breve panorama expositivo, é possível constatar o modo pelo qual o sentido amplo da formulação educacional marxiana – isto é, como processo de produção e reprodução social da condição humana, como *humanização*, e, por isso, inseparável do processo de trabalho – constitui a base, inclusive, de sua própria formulação pedagógica, escolar.

3. Excerto Teórico Sobre Trabalho, Alienação, Humanização e Desumanização

Marx afirma que, “desde que apareceu neste planeta, tem o homem de consumir todos os dias, antes de produzir e durante a produção” (MARX, 1971b, p.189) – isto significa que aquilo que *gera* os objetos para o consumo humano constitui algo *ineliminável* do próprio processo de manutenção da vida humana, ou que a atividade produtiva é o *fator absoluto* de todo o processo de produção e reprodução da humanidade, pois “o primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos *vivos*” (MARX e ENGELS, 2007, p.87, grifos meus).

E afirma ainda Marx, de modo igualmente enfático, que “O homem *vive* da natureza” (MARX, 2004, p.84) – o que significa que:

a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p.84).

Mas, ao mesmo tempo em que “é uma parte da natureza” – ou “imediatamente um *ser natural*” (MARX, 2004, p.127) – o ser humano “não é apenas um ser natural, mas ser natural

humano” (MARX, 2004, p.128), e deste modo, “a natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado” (MARX, 2004, p.128). Por consequência disto, este “ser natural *humano*” tem de fazer adequados – isto é, *humanos* – os objetos de suas necessidades, tem de transformar a natureza por meio de sua atividade produtiva, tem de *humanizá-la* por meio de seu *trabalho*.

É, então, exatamente por meio de seu trabalho que o ser humano afasta-se de sua condição imediatamente animal e faz da própria natureza uma extensão de seu corpo, tornando-a assim cada vez mais humana, cada vez mais social. Tomemos as palavras de Marx:

Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital (MARX 2004, p.84).

Mas esta *distinção* entre ser humano e natureza, que ocorre por meio do trabalho, configura um processo mais amplo e complexo do que pode à primeira vista parecer, pois

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potências nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1971b, p.202).

Findo este processo, o ser humano se depara com algo não mais imediatamente dado pela natureza, mas algo transformado pelo trabalho, algo *humanizado*. Ou seja: ao final do processo de trabalho o trabalhador se defronta com o *resultado* de sua ação; com a natureza feita *humana*; *consigo* próprio na forma de objeto; com sua *subjetividade objetivada* – é por

isso que Marx afirma que, “tão logo eu tenha um objeto, este objeto tem a mim como objeto” (MARX, 2004, p.128).

Mas, ter “um objeto” que tenha o próprio ser humano “como objeto”, significa, para o ser humano que trabalha, a possibilidade de uma série de novas *generalizações*, a partir das quais novas transformações podem ser operadas na natureza, o que gera a possibilidade de novos e cada vez mais complexos processos de *trabalho*.

Isto fica ainda mais evidente se tomarmos que “o animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*” (MARX, 2004, p.84) – o que não é outra coisa senão que o animal é imediatamente um com sua espécie, ou seja, sua essência coincide com sua individualidade – ao passo que o ser humano

faz de sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre (MARX, 2004, p.84).

É em virtude desta relação que se estabelece entre ser humano e natureza que Marx afirma que “*toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem*” (MARX, 2004, p.114). Ou seja, uma parte da natureza transcende a si própria por meio do trabalho, e esta realização *humana* é aquilo que Marx chama – de modo bastante complexo – de “o movimento *concebido e sabido* do seu *vir a ser*” (MARX, 2004, p.105), ou “ato de gênese que se supra-sume (*sich alfhhebender Entstehungsakt*)” (MARX, 2004, p.128). Portanto, o primeiro ato genuinamente *humano* é precisamente a criação da primeira necessidade *humana*. Nas palavras de Marx e Engels:

o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 2007, p.33).

Assim, somente a partir de uma apreensão ampla do *trabalho* – isto é, como o elemento mediador da relação entre ser humano e natureza – é que podemos compreender as razões pelas quais este configura tanto a causa, quanto o meio e o fim do processo histórico-social do ser humano: *causa* da diferenciação entre ser humano e natureza, *meio* de constante humanização do ser humano e *fim*, ou finalidade em si do próprio processo humano, uma vez que o ser humano, por conta do longo processo histórico já trilhado, não mais produz para assegurar sua condição animal, mas sim para, uma vez assegurada esta sobrevivência, desenvolver-se livre, isto é, humanamente.

Em virtude disto, é exatamente *o acúmulo sócio-histórico dos avanços do trabalho*, tanto em suas formas mais imediatamente materiais quanto nas mais complexas e abstratas manifestações espirituais – da arte à filosofia – *que constitui o cerne de todo o processo formativo, educacional da humanidade*⁹. Isto é, só é possível que haja *humanidade* por intermédio de um processo de abstração social a partir do caráter inerentemente histórico dos resultados dos trabalhos acumulados e relacionados. Processo este que, obviamente, tem seu início exatamente nos processos de generalização individuais, sem o quê todos os avanços e aquisições individuais se perderiam ao final da vida daquele ser humano que os elaborou.

É então exatamente em função destas características constitutivas do complexo do trabalho – tanto como aquilo que desencadeia o processo de humanização como aquilo que garante e assegura a continuidade e complexificação deste processo, por meio da transmissão de suas aquisições históricas – que o processo formativo, *educacional*, do ser humano não pode do trabalho ser separado: ou seja, existe uma relação ineliminável, *ontológica* entre as esferas do *trabalho* e da *educação*.

Mas se o trabalho constitui a base de todo o processo de humanização, o que acontece se o ser humano é separado, *alienado* de seu trabalho? E a resposta oferecida por Marx é que “a energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – [se manifesta] como uma atividade voltada contra ele mesmo,

⁹ O termo *humanidade* deve ser compreendido tanto do ponto de vista da totalidade dos seres humanos vivendo conjuntamente, quanto do ponto de vista das características humanas de cada um destes seres tomados individualmente.

independente dele, não pertencente a ele (MARX, 2004, p.83). isto porque, sob o *trabalho alienado*,

o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (MARX, 2004, p.80).

Isto que Marx aqui chama de “perda do objeto e servidão ao objeto” é o fator imediatamente perceptível deste processo de alienação do trabalho, expresso na constatação *prática* de que o produto do trabalho *não pertence trabalhador*, e que, por conta disso, “a vida que ele [o trabalhador] concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX, 2004, p.80).

Ao objetivar sua subjetividade por meio do trabalho alienado, o trabalhador não se depara com a natureza por ele humanizada, mas sim, como *coisa* é confrontado, inclusive numa relação de inferioridade, por uma outra *coisa*. Assim, além e por conta do caráter alienado da relação que aí se estabelece, se o trabalhador não se reconhece naquilo que é o objeto de seu trabalho, isto decorre do fato de o ser humano já não se reconhecer no ato mesmo da produção. Isto pois

o produto é, sim, somente o resumo (*Resumé*) da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho, resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo (MARX, 2004, p.82).

Estes dois elementos constituintes da alienação – em relação ao objeto do trabalho (que é simultaneamente sua alienação em relação ao mundo exterior, em relação à *natureza*) e já no ato da produção (que é simultaneamente a alienação em relação a sua atividade vital, isto

é, sua alienação em relação a *si mesmo*) – desdobram-se ainda em dois outros importantes aspectos.

O primeiro deles é que o ser humano é alienado de seu ser genérico, o que significa que ele não se reconhece como membro de uma espécie, uma vez que ele não se reconhece em seu trabalho, exatamente naquilo que faz dele um ser humano e, portanto, o distingue das outras espécies de animais.

O segundo aspecto é que o ser humano é alienado dos outros seres humanos, pois ao relacionar-se de forma alienada com o resultado do seu trabalho, ele relaciona-se com o produto do seu trabalho (ou seja, relaciona-se consigo próprio na forma de um objeto) como com um outro ser humano diferente dele, hostil a ele. “Quando o homem está frente a si mesmo [frente a um objeto por ele produzido], defronta-se com ele o *outro* homem” (MARX, 2004, p.84-5).

Daqui depreende-se, então, que “o trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 2004, p.81). Ou ainda, que “o trabalhador não produz para si, mas para o capital (...), servindo assim à auto-expansão do capital” (MARX, 1971c, p.584). E as manifestações, tanto de ordem objetiva quanto subjetiva, da alienação do trabalho ficam evidentes nas duras palavras de Marx:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são funções [animais] (MARX, 2004, p.83).

A consequência prática imediata da alienação do trabalho é “o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto se si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa” (MARX, 2004, p.83).

Mas um processo de desumanização – prática e potencial – do ser humano de tal envergadura pressupõe, dentre muitas outras coisas, um amplo e intenso processo de

reificação, de coisificação, já devidamente instituído e consolidado¹⁰. Entretanto, se a alienação precisa já partir de um intenso processo de reificação, de transformação de tudo e todos em coisas, seu necessário resultado é uma brutal intensificação do próprio processo de reificação, e três são as razões para tanto.

A primeira é que “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2004, p.80). O objeto que o trabalho produz não reflete a *humanidade* de seu produtor, pelo contrário, impõe seu caráter de coisa, sua *coisidade*, ao ser *humano* que o objetivou.

Ao invés então de contemplar a si próprio em um objeto (e, no fim das contas, em um mundo) por ele próprio criado, o ser humano reduz-se cada vez mais a algo absolutamente inferior àquilo que ele próprio produziu – “o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador” (MARX, 2004, p.82).

Em síntese, temos que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riquezas produz” (MARX, 2004, p.80). Mas isto se deve ao fato de que

o que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. *O que ele produz para si próprio é o salário*; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, a umas moedas, a um quarto num porão (MARX, 2006, p.36, grifos meus).

A segunda razão da intensificação da reificação é que “o homem nada mais é que o *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que são para o capital, que lhe é *estranho*” (MARX, 2004, p.91). Ou seja, o ser humano somente é conservado, sua existência somente é mantida, na estrita medida do necessário para que continue vivo para trabalhar no dia seguinte, pois “As carências do trabalhador são (...) apenas a *necessidade (Bedürfnis)* de conservá-lo *durante o trabalho*, a fim de que a *raça dos trabalhadores não desapareça*” (MARX, 2004, p.92) – ou, segundo a ácida ironia

¹⁰ Não é possível tratar aqui deste longo processo histórico. Sobre este assunto, ver, por exemplo, *A questão judaica* (MARX, 2010b), *História e consciência de classe* (LUKÁCS, 2003) e *A teoria da alienação em Marx* (MÉSZÁROS, 2006).

marxiana: “se o bicho-da-seda fiasse para manter a sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado” (MARX, 2006, p.37).

Isto significa que o ser humano deve ser reproduzido, *educado*, somente – e no máximo – até os estreitos limites de sua condição de trabalhador. Ou seja, do ponto de vista *amplo*, o máximo de *humanidade* a que o trabalhador pode e *deve* ter acesso é tão somente aquilo que lhe permita, do ponto de vista *estrito*, atingir aquilo que Marx chamou de “o grau médio de habilidade, destreza e rapidez reinantes na especialidade em que [seu trabalho] se aplica” (MARX, 1971b, p.220).

A fim de indicar a terceira razão da intensificação da reificação ser o resultado necessário do processo de trabalho alienado, é necessário compreender que:

A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também imediatamente produção enquanto procura para os produtos o sujeito para o qual são produtos. O produto recebe seu acabamento final no consumo (MARX, 2008, p.247).

Em virtude do empobrecimento – tanto na esfera da produção quanto na do consumo – engendrado pelo trabalho alienado, os sentidos *humanos* sofrem um intenso processo de reificação, a ponto de Marx constatar, objetivamente, que “o homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum *sentido* para o mais belo espetáculo” (MARX, 2004, p.110). Isto pois

o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o *meu* sentido (MARX, 2004, p.110).

4. De Volta à Educação: conclusões preliminares

Em síntese temos então que, se o *trabalho* é o elemento estruturante de todo o processo de produção e reprodução da condição humana, de humanização do ser humano, e este processo só se pode realizar por intermédio da transmissão das realizações e aquisições dos processos de trabalho acumulados ao longo da história da humanidade, ao organizar-se e realizar-se historicamente sob o capital, o *trabalho alienado* engendra um processo educativo e, por consequência, um processo de reprodução social, necessariamente eivado de alienação.

Deste modo, um movimento histórico que pretenda a construção e realização de um processo qualitativamente distinto de produção e reprodução social só se pode efetivar por meio de um amplo processo *educacional*, determinado por, e, ao mesmo tempo, determinante de, uma nova forma de organização social do trabalho, entendido como atividade livre, como finalidade *em si* de realização humana.

Estas são as razões que levam Marx a afirmar que a passagem dos meios de produção à propriedade coletiva – segundo ele “o resultado do movimento [socialista]” (1987, p.59) cujo objetivo final é “a emancipação dos trabalhadores” (MARX, 1987, p.59) – é “uma questão de tempo, de *educação* e do desenvolvimento de formas sociais superiores” (MARX, 1987, p.59, grifos meus).

5. Referências:

- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença, 1972.
- _____. Karl Marx: entrevista com o fundador do socialismo moderno. In: CHASIN, José (org). *Marx hoje*. Trad. W. M. David. São Paulo: Ensaio, 1987, p.53-70.

- _____. *Escorpión y Felix: novela humorística*. Trad. Carlos Manzano. Barcelona: Tusquets, 1971a.
- _____. Glosas marginais ao artigo “‘O Rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Alemanha*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010a, p.25-52.
- _____. *Crítica do programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Instruções para os delegados do conselho geral provisório: as diferentes questões. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Trad. José Barata-Moura, Eduardo Chitas, Francisco Melo e Álvaro Pina. Lisboa: Avante, vol. II, 1985, p.79-88.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Mathematical manuscripts*. Londres: New Park, 1983.
- _____. *O capital (crítica da economia política): o processo de reprodução capitalista*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, vol. I, 1971b.
- _____. *O capital (crítica da economia política): o processo de reprodução capitalista*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, vol. II, 1971c.
- _____. *O capital (crítica da economia política): o processo de reprodução do capital*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: abril Cultural, Livro I, tomo. II, 1984.
- _____. *O capital: livro I capítulo VI (inédito)*. Trad. Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978a.
- _____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2012.
- _____. Reflexões de um adolescente sobre a escolha de uma profissão. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. Trad. Ana Maria Rabaça. Lisboa: Moraes, 1978b, p.53-58.
- _____. *Sobre a questão judaica*. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. Trad. José Barata-Moura e Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

RECEBIDO EM 11-11-2015

APROVADO EM 04-04-2016